

HIDRELÉTRICAS NO TOCANTINS: PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO INVISÍVEL SOB A ÓTICA DOS ATORES LOCAIS

Adila Maria Taveira de Lima - adila@uft.edu.br

Mariza Fernandes Souza - marizafernandes@uft.edu.br

Elineide Eugênio Marques - emarques@uft.edu.br

* Submissão em: 24/01/2022 | Aceito em: 31/04/2022

RESUMO

Esse estudo enfatizou os efeitos da implementação de projetos hidrelétricos nas pequenas cidades e, como esse processo é percebido pelos atores locais. A questão norteadora é a percepção dos atores locais, quanto ao “desenvolvimento” em decorrência dessas propostas. A pesquisa dá voz aos atores locais de diversos segmentos do município de Peixe -TO - Brasil, tomando como estudo de caso, a Usina Hidrelétrica de Peixe Angical, uma das sete já em operação no Rio Tocantins. Como instrumento de pesquisa para esse estudo utilizou-se de entrevistas semiestruturadas, analisadas à luz da metodologia do discurso do sujeito coletivo. As vozes dos entrevistados apontam que as promessas de desenvolvimento local não foram alcançadas e que, embora haja aumento na arrecadação municipal, há grandes impactos na ordem social, financeira e ambiental, e que não percebem a promoção do desenvolvimento local a partir desse empreendimento.

Palavras-chave: Barragens; hidrelétricas; desenvolvimento local; percepção dos atores.

HYDROELECTRIC SYSTEMS IN TOCANTINS: INVISIBLE DEVELOPMENT PROJECTS FROM THE PERSPECTIVE OF LOCAL ACTORS

ABSTRACT

This study emphasized the effects of implementing hydroelectric projects in small cities and how this process is perceived by local actors. The guiding question is the perception of local actors regarding the “development” as a result of these proposals. The research gives voice to local actors from different segments of the municipality of Peixe -TO - Brazil, taking as a case study, the Peixe Angical Hydroelectric Power Plant, one of seven already in operation on the Tocantins River. As a research instrument for this study, semi-structured interviews were used, analyzed in the light of the collective subject discourse methodology. The voices of the interviewees point out that the promises of local development were not achieved and that, although there is an increase in municipal revenue, there are great impacts on the social, financial and environmental order, and that they do not perceive the promotion of local development from this enterprise

Keywords: Dams; hydroelectric plants; local development; actors' perception.

1 INTRODUÇÃO

O modelo de desenvolvimento adotado na América Latina e, especialmente no Brasil, vem priorizando obras de infraestrutura como fonte indispensável para o crescimento econômico. Dentre essas obras, as hidrelétricas tem sido palco de grandes discussões, uma vez que causam grandes impactos ambientais, sociais e culturais e vem sendo construídas em larga escala nos últimos anos, sob a justificativa de necessidade de energia com vistas ao desenvolvimento.

Segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE, 2017) mais de 70% da matriz elétrica brasileira é de fonte hidráulica, isso nos dá uma quantidade 217 Usinas Hidrelétricas (UHE) e 423 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), somadas a três UHE's e 33 PCH's em construção (Aneel, 2019). Destaca-se que dessas hidrelétricas 73 foram construídas a partir do ano 2000, ou seja, em menos de 20 anos, ocorreram grandes obras com impactos ambientais e sociais nos rios brasileiros, sobretudo na Amazônia.

Observa-se que as hidrelétricas, a exemplo de grandes projetos de desenvolvimento, embora com o discurso que são indispensáveis para acelerar o crescimento econômico e sustentar o desenvolvimento do país, nem sempre trazem melhoria da qualidade de vida para a comunidade local. Pelo contrário, em muitos casos impactam diretamente a dinâmica do município, deixando diversos problemas ambientais, sociais e econômicos a serem resolvidos posteriormente, implicando no processo de governança local e na vida da população. Além disso, sobram os incalculáveis danos irreversíveis ao patrimônio ambiental e cultural do lugar.

Escobar (2005) destaca que, ao retirar ênfase da construção cultural do lugar, a serviço do processo abstrato e aparentemente universal da formação do capital e do Estado, o desaparecimento do lugar, está claramente vinculado à invisibilidade dos modelos culturalmente específicos da natureza e da construção dos ecossistemas, excluindo de fato a história e a cultura de um povo. Muitas vezes esse processo, até então, desejado acaba se tornando excludente, agressivo e inatingível, pois as pessoas não participam dessa decisão ou sequer entendem porque precisam ter suas memórias e valores culturais alterados para que ocorra esse desenvolvimento.

Embora os indicadores econômicos possam apontar uma possível evolução numérica, nem sempre esse aumento reflete em desenvolvimento e, tampouco é percebido por quem vivencia no local. A comunidade local, muitas vezes questionam: como um projeto de desenvolvimento tão grande não traz benefícios locais? Há uma forte discrepância entre o que a comunidade observa e o que os dados indicam, talvez por esses recursos não serem

devidamente geridos e aplicados, ou porque de fato, esses empreendimentos trazem desenvolvimento em nível macro, mas não em âmbito local.

Assunção, Szerman e Costa (2016), em estudo voltado aos efeitos locais de hidrelétricas no Brasil, ressaltaram que a economia local do município é afetada positivamente somente em curto prazo. No entanto, após cinco anos do início da construção da UHE, não se encontram efeitos na taxa de crescimento do PIB municipal, no número de empresas localizadas no município, e nem na população do município. Além disso chama a atenção para os efeitos ambientais, em especial, a área desmatada que, geralmente, se torna bem maior do que se não houvesse hidrelétricas.

Diante desse contexto, é válido buscar informações na localidade e com as pessoas que realmente viveram a fase de implementação e vivenciam os dias atuais pós-barragem, afim de identificar qual a percepção que eles têm desse processo. Ainda que alguns indicadores econômicos indiquem crescimento nessas cidades, essa melhoria de condições de vida pode não estar sendo vivenciada pela comunidade local. Para tanto, buscou-se ouvir os atores locais das comunidades impactadas por implementação de Usinas hidrelétricas, no Estado do Tocantins, focando na cidade de Peixe, principal cidade implicada pela UHE Peixe Angical, com o objetivo de identificar a percepção dos atores quanto ao desenvolvimento e efeitos pós-barragem a partir do empreendimento hidrelétrico instalado na localidade.

2 REVISÃO TEÓRICA

Visando apresentar alguns conceitos e explanação teórica pertinente ao tema, dividiu-se esse tópico em duas subseções: (i) desenvolvimento e projetos hidrelétricos e (ii) (Des)envolvimento e percepção dos Atores locais, explanando resumidamente o fio condutor do trabalho.

2.1 Desenvolvimento e Projetos Hidrelétricos

As políticas governamentais quando da implantação de grandes obras, propagam grandes investimentos, injeção de recursos na economia local, além de capacitação e geração de renda, melhoria econômica e social de um modo geral para a população. Além disso, ainda ressaltam que o crescimento do País depende desses empreendimentos. Nesse discurso, criam expectativas de melhoria da qualidade de vida local, que pode não ocorrer principalmente nas pequenas localidades implicadas pelo projeto ou que alojam o projeto. As expectativas são depositadas ainda no início quando se fala da implantação do empreendimento e, ocorre

comumente com as expectativas de grandes obras que trazem o viés do desenvolvimento, como: hidrovias, ferrovias, projetos de expansões agrícolas, estradas, hidrelétricas, dentre outros, tão recorrentes nos últimos anos. Nesse sentido, Diegues (2005) corrobora que os projetos pautados no progresso e no desenvolvimento, inicialmente convencem, mas frequentemente os resultados divergem da proposta inicial não sendo significativos na região em que estão inseridos.

Alguns desses projetos podem ocasionar esse “desenvolvimento” a outras regiões que se beneficiam desses empreendimentos, no entanto, no local onde ocorrem os impactos é bem mais difícil identificar os benefícios advindos. Little (2014) corrobora que analisando nas entrelinhas das propostas é perceptível os interesses governamentais e de grupos empresariais na contramão de um modelo de desenvolvimento sustentável, local e inclusivo que atenda às expectativas de justiça social e ambiental.

Geralmente, os planos de desenvolvimento e, sobretudo, as políticas para o setor elétrico brasileiro, são decididas no alto escalão governamental, envolvendo gestores, empreendedores, agências de pesquisa e regulação estatal e, em alguns casos, consultorias ou instituições contratadas para os estudos de viabilidade e planejamento. No entanto, quase sempre, os atores das localidades que vão sofrer as maiores implicações em sua cultura, modo de vida, geração de renda e organização social, não são incluídas, as decisões são tomadas e a comunidade recebe a concepção do projeto pronta para implementação. De acordo com Sevá (2005), quando da implementação de um grande projeto desenvolvimentista, ocorrem transformações radicais em uma dinâmica social, alterando deslocamentos e permanências dos grupos sociais de uma dada região, bem como de seus processos históricos, paisagismo e identificação.

As obras hidrelétricas, além da exploração hídrica, como um bem natural coletivo, a expulsão das pessoas do lugar se traduz em perdas culturais e sociais irreversíveis, que sempre geram pobreza, revolta e decepção. Contudo, a promessa do “desenvolvimento” e qualidade de vida, se torna cada vez mais distante. E sobram reclamações, ações judiciais e pendências sociais, especialmente nas promessas feitas aos atingidos. Cruz, Souza-Lima e Maciel-Lima (2011), complementa que, além de tudo isso, as expectativas de desenvolvimento e melhoria das condições de vida da população local são frustrantes, ao final do processo de instalação e construção do empreendimento, na maioria dos casos, se deparam com a falta de empregos e período de recessão com o desmonte da obra.

A intensificação dos grandes projetos desenvolvimentistas, priorizando, sobretudo, os projetos hidrelétricos, tem sido marcada por graves conflitos causados pelos grandes impactos

que tal obra ocasiona, tanto de ordem ambiental como social e cultural. Nesta visão, o modelo estatal de energia no Brasil, promoveu a ocupação injusta e agressiva de territórios e o alagamento de terras férteis, gerando sérios impactos ambientais. Além disso, gerou graves agressões culturais e físicas contra populações tradicionais; ampliou o êxodo rural, com suas políticas de indenizações insuficientes, e ainda, contribuiu para o aumento das periferias das cidades (BENINCÁ, 2011).

Fenzl, Coelho e Simonian, 2000; Fearnside, 2017; Souza e Jacobi, 2015; Zuca, 2016, enfatizam que o esperado desenvolvimento nos municípios não acontece, uma vez que a maior parte do aumento de geração de energia foi absorvida pelas indústrias de mineração ou por grandes centros industriais, e que o aumento do PIB não reflete o crescimento do número de empregos e a melhoria na qualidade de vida da população. Além disso, há casos que os acordos de mitigação e compensação são protelados ou não implementados e as negociações não são proporcionais aos danos causados.

Benincá (2011), corrobora com a ideia de que o modelo de desenvolvimento “acabou por se configurar em ilusão para muitos e subordinação dos países do Sul pelos países do Norte; acelerou a exploração predatória dos recursos naturais e aumentou as disparidades de renda”. Duarte-Alves e Justo (2009), exemplificam que no caso da construção da UHE Porto Primavera, a comunidade local passou por mudanças que trouxeram grandes modificações. Muitas pessoas perderam suas terras, de onde tiravam seu sustento, e não houve nenhum amparo ou projeto voltado para o desenvolvimento sustentável eficaz, capaz de gerar emprego a comunidade. Com essa dada situação, as famílias ficaram dependentes das políticas públicas de assistência local, que muitas vezes é insuficiente.

Contudo, mesmo com várias críticas ao modelo desenvolvimentista, a multiplicação de barragens tem ocorrido em larga escala, principalmente na última década, resultante da opção governamental a partir de uma visão de desenvolvimento econômico e aceleração do crescimento. Além disso, este quadro está diretamente ligado ao processo de privatização implementado no país, nos últimos anos, que transformou a energia em mercadoria de primeira grandeza, retirando a soberania energética e social (BENINCÁ, 2011).

Rothman (2008) ressalta que a sociedade deve atentar para essa estratégia que prioriza a aceleração na construção de barragens hidrelétricas e outras grandes obras impactantes, propagadas como de desenvolvimento, sem atender a legislação sobre licenciamento ambiental e os regulamentos procedimentais pertinentes para garantir esses direitos, para que não venham

desencadear uma trágica repetição dos desastrosos impactos sociais e ambientais com pendências que jamais serão resolvidas.

A busca pelo desenvolvimento passa pela associação com a natureza, sujeitos e culturas. Para tanto, é necessário se pensar em alternativas que encontrem saídas para garantir a existência sustentável. De acordo com Sachs (2009), se faz necessário conceituar o desenvolvimento como apropriação efetiva de todos os direitos humanos, políticos, sociais, econômicos e culturais, incluindo-se o direito coletivo ao meio ambiente, ou seja, é necessária uma visão holística, com uma combinação viável entre economia e ecologia.

2.2 (DES) Envolvimento e Percepção dos Atores Locais

O envolvimento dos atores locais é um pré-requisito para o desenvolvimento. Buarque (2008) pressupõe que, para a efetividade de qualquer intenção de desenvolvimento local, o envolvimento da sociedade deve ser premissa básica, pois é um processo endógeno e, para tanto, exige diretamente o envolvimento da população local. Independente do modelo proposto esses projetos impactam diretamente no lugar, no modo de vida e nas relações sociais existentes. Se a promessa é de que o projeto melhora a qualidade de vida local, por meio de geração de emprego, renda e aumento dos recursos financeiros, é esperado que os atores sociais, representantes dos diversos segmentos da sociedade, possam contribuir com o relato positivo. Por outro lado, pode haver frustrações na comunidade após constatar que as promessas não se concretizaram.

Rezende (2007) ressalta que a maioria das populações que mais sofrem a imposição de projetos considerados “desenvolvimentistas” e excluídas de qualquer tipo de participação/decisão, são aquelas politicamente desarticuladas, de comunidades rurais isoladas, sem recursos, nível de instrução baixa e ainda sem informação do que podem fazer para garantir seus direitos. Além disso, consideram a possibilidade de discutir e planejar o que querem para a sua localidade uma ideia remota, ou até mesmo desinteressante.

Embora as normas ambientais brasileiras, prevejam garantias à população no que se refere à participação na implementação de políticas que afetam o meio ambiente, por meio da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que desde a década de 80, dispõe sobre a audiência pública, para emissão de licenças, algumas vezes não contempla a sociedade em geral, uma vez que seria necessário modelos de acompanhamento após a operação do empreendimento e não somente na fase de implementação. Ainda assim, de acordo com Zhouri (2008), nos espaços das audiências públicas, praticamente a única oportunidade de participação

ocorre num “jogo de cenas” que forja uma aparência democrática e participativa com relação às decisões, ou seja, uma forma de referendar o que já foi decidido.

Os espaços instituídos pela legislação para possibilitar a participação social durante o processo do licenciamento ambiental de hidrelétricas, apesar de todo o avanço, possuem ambiguidades no que se refere à questão do poder do veto e à discussão de medidas mitigadoras e compensatórias por parte da população. Zhouri (2008) enfatiza que as informações sobre o empreendimento, ocorrem na divulgação do EIA/RIMA e nas audiências públicas, mas com o processo já em andamento, ou seja, uma discussão sobre a necessidade essencial da obra e de alternativas possíveis jamais acontece

Nesse sentido, a participação efetiva dos atores sociais, desde a fase de implementação - quando se dão as negociações - e depois na fase do pós-projeto, ou seja, quando está em operação, ainda é imprescindível, pois esses como representantes locais, podem relatar experiências para outros empreendimentos, além de atuar na busca de melhorias, com acompanhamento na governança municipal.

Por mais que os projetos propaguem as obras hidrelétricas e o desenvolvimento oriundo destas como algo positivo e certo, sobretudo, quando esses projetos são acatados como geração de “energia limpa”, quase sempre a percepção dos atores locais diverge após o projeto concluído. Construções de usinas hidrelétricas causam grandes mudanças para a sociedade local. As populações locais – ribeirinhos, pescadores, agricultores, indígenas - têm suas vidas completamente modificadas, a vida ligada ao rio, pesca e agricultura é rapidamente substituída por um ambiente modificado e impactado. Além disso, a percepção do ambiente pelos atores das localidades atingidas quase sempre diverge dos planejadores do empreendimento e fica difícil aceitar as mudanças ocasionadas. O que antes eram expectativas de desenvolvimento, com as famílias esperando melhorias nas condições de vida, ao final do processo de instalação e construção do empreendimento, acontece o cenário de desmonte da obra e a falta de empregos (Cruz, Souza-Lima e Maciel-Lima, 2011).

Dessa forma, a percepção da população local é bem diferente da percepção dos gestores governamentais. Melazo (2005) afirma que cada sujeito tem uma ligação com o ambiente em que vive, expectativas, satisfações e insatisfações, valores e condutas e esses aspectos fazem parte da percepção ambiental de cada indivíduo. Essa percepção ambiental permite buscar o entendimento das inter-relações entre o homem e o ambiente, diante de um acontecimento de um evento ou situação, podem existir diferentes percepções, que variam de acordo com as experiências individuais que cada pessoa carrega (MELAZO, 2005).

No caso de hidrelétricas, é preciso ainda considerar que, com o represamento do rio, ocorrem outros represamentos mais difíceis de notar, e causam iguais ou maiores do que aqueles mais em evidência, como é o caso do desaparecimento de espécies de peixes, destruição da fauna e da flora, desapropriação de terras e a expulsão da população ribeirinha. O represamento dos rios represa, paralisa ou destrói, irreparavelmente, toda uma forma de vida, toda a produção de subjetividade constituída nesse que é um dos nichos básicos da existência humana (Duarte-Alves e Justo, 2011). Ademais, deve-se ainda contabilizar as perdas imateriais que são inúmeras nesses processos. Ferreira et al. (2014), destaca que o processo se configura em uma violência simbólica para todas essas pessoas, ao se referir à falta de consideração com os danos existentes, que vão desde suas vivências, lembranças e cultura local, até suas relações sociais estabelecidas nesses locais, e que precisam ser levados em consideração na hora de se fazer um estudo de viabilidade desses projetos.

3 MATERIAS E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida com os atores locais do município Peixe – TO, que foi a localidade mais atingida com a construção da Hidrelétrica Peixe Angical, no Rio Tocantins.

Para identificar a percepção dos atores locais sobre o desenvolvimento, foi utilizada como instrumento, as entrevistas semiestruturadas.

Para a realização de entrevistas foram determinados os segmentos de atores sociais agrupando em sociais, políticos e econômicos (Quadro 1), entrevistando representantes do poder público local; setor de serviços locais; associações e cooperativas; pescadores, e outros, afim de perceber um discurso com representação social na localidade. A identificação e localização dos atores foi realizada com a técnica de amostragem *Snowball* (bola de neve), que de acordo com Baldin e Munhoz (2011), é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes e assim sucessivamente. Portanto, a *snowball* é uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede.

A realização de entrevistas com os atores locais foi realizada no período de setembro e outubro de 2019 e teve como principal objetivo, investigar as percepções dos atores, quanto ao desenvolvimento local proporcionado em consequência da implementação do projeto hidrelétrico. Cerca de 20 entrevistados foram selecionados a partir da sua relação reconhecida pela comunidade, como lideranças e representantes, moradores da cidade de Peixe e que participaram ou acompanharam a implantação do empreendimento (Quadro 1).

Quadro 1 - Descrição dos atores locais políticos, econômicos e sociais entrevistados

Organizações/representações	Atores locais representantes
Políticas (REP)	Prefeitos e ex-prefeitos Vereadores e ex-vereadores Secretários municipais e ex-secretários
Econômicas (REC)	Associações de barqueiros Colônia de pescadores Comerciantes locais
Sociais (RES)	Moradores antigos representantes religiosos Representantes de organização de jovens

Fonte: Lima (2020)

Dessa forma, os depoimentos serão referenciados no texto como ENTREVISTADO: REP, para aqueles atores que se enquadram como representantes políticos; ENTREVISTADO: REC, para os atores econômicos e ENTREVISTADO: RES, para os representantes sociais, seguido pela numeração de ordem da realização das entrevistas, preservando a identidade dos entrevistados (1,2,3...).

A metodologia de análise utilizada foi o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) que é uma forma metodológica de resgatar e apresentar as representações sociais, obtidas de pesquisas empíricas. Nessas, as opiniões ou expressões individuais que apresentam sentidos semelhantes são agrupadas em categorias semânticas gerais, como normalmente se faz quando se trata de perguntas ou questões abertas, representando ideias centrais do grupo pesquisado (Lefèvre e Lefèvre, 2014). Corroborando, Oliveira (2015, p.80) ressalta que DSC é “uma técnica de organização e tabulação de dados qualitativos que resolve um dos grandes impasses da pesquisa qualitativa, na medida em que permite, por meio de procedimentos sistemáticos e padronizados, agregar depoimentos sem reduzi-los a números”.

Para a entrevista estabeleceu-se como pergunta norteadora a questão: Você considera que esses empreendimentos proporcionaram desenvolvimento para o município? E oportunidades para as pessoas do lugar? Complementando, foi também perguntado aos entrevistados sobre qual a avaliação deles da implementação desse empreendimento? buscando perceber os efeitos pós-barragem, positivos ou negativos, na visão dos atores local.

Assim, buscou-se discutir as principais ideias comuns aos discursos, que mais apareceram com frequência, como resultado para a formulação do DSC. Destaca-se que além de discutir o que foi mais frequente nas respostas, os próprios discursos dos atores entrevistados, já representam uma opinião coletiva, uma vez que todos os entrevistados são representantes de organizações coletivas e representativas do local.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Efeitos Pós-Barragem da UHE Peixe Angical: Indicadores Econômicos e Percepção dos Atores Locais da Cidade de Peixe – TO

O início da implantação da UHE Peixe Angical se deu em 2001, com a licença prévia (LP), mas a mobilização para a construção propriamente dita ocorreu a partir de 2002, com a licença de Instalação (LI), emitida pelo Ibama. As operações se iniciaram em 2006, com a licença de operação para o pleno funcionamento de geração de energia. Essa UHE tem um potencial de 452 MW e está localizada entre os municípios de Peixe, São Salvador e Paranã, na região sul do Estado. A implementação dessa hidrelétrica formou um reservatório de 294 km², impactando diretamente esses três municípios.

A expectativa de que esse empreendimento traria diversos benefícios, dentre os quais melhoria da qualidade de vida da população, aumento de indicadores econômicos, geração de emprego e renda, contribuindo assim para o desenvolvimento local, foi incentivada desde 2001, quando ocorreu o leilão.

Gomes (2014) destaca que esse argumento relacionado à indução do desenvolvimento local está associado ao processo da construção das barragens, seja pela atração de pessoas para trabalharem na obra, seja pelo potencial turístico fomentado a partir do lago do empreendimento, dando uma ideia de continuidade. Tanto na divulgação do empreendimento, como nos documentos referentes aos estudos prévios e técnicos para o processo de licenciamento, é evidenciado o investimento na economia da região, participação da sociedade, realocação justa, melhoria da qualidade de vida e, conseqüentemente, o impulso no desenvolvimento local, como observa-se, por exemplo, trechos do Estudo de viabilidade da UHE Peixe Angical transcrito para o Relatório de Impacto Ambiental (Rima):

Atualmente, contudo, o setor elétrico tem reorientado suas ações no sentido de consolidar e sistematizar o conhecimento nessa área, avaliar e caracterizar os custos e benefícios socioambientais, intensificar e ampliar as ações mitigadoras e, por fim, ampliar a participação da sociedade no processo de discussão de programas e projetos. Essas ações visam atenuar os aspectos negativos e ampliar os aspectos positivos dos empreendimentos, cabendo à sociedade como um todo a responsabilidade de estabelecer a medida de exploração desse potencial, a partir de uma perspectiva de desenvolvimento sustentado (THEMAG, 2000 p.10).

[...] De outro lado, a inclusão do reservatório na paisagem e as melhorias nas vias de acesso e circulação regionais, das redes de infraestrutura e de serviços nas cidades de Peixe, São Salvador, Paranã

e São Valério, deverão acarretar melhores condições para atração de fluxos turísticos regionais criando-se novas alternativas de geração de empregos e renda na perspectiva do desenvolvimento sustentado. [...] A população urbana relocada, por sua vez, permanecerá nos mesmos centros em que reside atualmente, em condições melhores de moradia e infraestrutura, também com reflexos positivos na sua qualidade de vida (THEMAG, 2000 p.89).

Com foco em constatar essas perspectivas do projeto inicial, analisou-se dados econômicos da cidade de Peixe, iniciando no período de implantação e seguindo no período pós barragem, ou seja, a partir de 2002 até 2016 (Quadro 2). Observa-se que houve aumento de alguns índices, a exemplo, do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, esse recurso pode não resultar em melhoria da qualidade de vida da população, ou ainda esses indicadores podem não ser impulsionados pela hidrelétrica.

Quadro 2 - Indicadores Econômicos do Município de Peixe, Tocantins

Ano	ICMS	PIB	PIB per capita
2002	1.089.528,86	45.086	5.164
2003	1.391.278,91	125.284	14.372
2004	1.512.407,85	262.705	30.158
2005	1.605.644,97	143.023	16.458
2006*	1.679.029,22	120.957	13.940
2007	1.832.768,99	308.586	35.267
2008	4.604.635,74	362.103	40.225
2009	11.167.883,84	349.530	38.759
2010	15.363.955,53	421.892	40.609
2011	14.970.035,06	445.361	42.379
2012	16.547.367,16	506.273	47.631
2013	17.573.763,06	511.246	46.162
2014	18.079.440,80	389.475	34.747
2015	18.375.682,17	545.343	48.090
2016	19.359.163,40	507.040	44.217

*Início da Operação da UHE

Fonte: Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado do Tocantins (Seplan, 2019)

Observa-se que houve aumento de alguns indicadores, a exemplo do ICMS e o PIB, com o início da operação da UHE e geração de energia (2006). Contudo, o aumento dos indicadores pode não significar melhoria das condições da população e desenvolvimento local.

Analisando, por exemplo, uma outra variável, o saldo de emprego desse município, no mesmo período (2002 a 2016), observa-se o movimento inversamente proporcional, ou seja, quando o ICMS e PIB aumentam (a partir de 2006), o emprego reduz significativamente na localidade. No quadro 3 observa-se a queda do saldo de empregos especialmente ao término da obra física.

Quadro 3. Saldo de emprego do município de Peixe – TO no período de 2002 a 2016.

Ano	Saldo de emprego
2002	249
2003	1.539
2004	2.184
2005	-335
2006 *	-1.447
2007	2
2008	-84
2009	68
2010	-66
2011	21
2012	68
2013	36
2014	-3
2015	40
2016	-38

*Início das operações da UHE e término total da Obra de infraestrutura

Fonte: Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado do Tocantins (Seplan, 2019)

Portanto, na contramão dos primeiros indicadores apresentados (PIB e ICMS), o saldo de emprego alcança valores negativos, especialmente após o término da construção, o que leva a constatar que os empregos gerados pela UHE são temporários e não atendem a uma capacitação e empregabilidade a longo prazo para as pessoas do local, na fase de operacionalização do empreendimento.

A grande recessão ocasionada pelo fechamento dos postos de trabalho e, conforme o que foi observado no quadro 3, e a não retomada dessas vagas locais, pode ser um dos indicadores de que as promessas de desenvolvimento local e melhoria da qualidade de vida da população, não foi atendida por meio desse empreendimento. Essa conclusão é muito recorrente em outros estudos de impactos ocasionados por grandes projetos desenvolvimentistas.

Assunção, Szerman e Costa (2016), em outros estudos voltados aos efeitos locais de hidrelétricas no Brasil, apontam que quase sempre a economia local do município é afetada positivamente somente em curto prazo, durante a construção. No entanto, após cerca de cinco anos com a conclusão da obra de infraestrutura, não se percebe efeitos na taxa de crescimento do PIB municipal, no PIB per capita, no número de empresas localizadas no município e nem na população do município, que geralmente tem uma baixa significativa com o desmonte da obra.

Ademais, os impactos ambientais e sociais que ficam são diversos, de forma que o acréscimo de arrecadação financeira é insuficiente para sanar esses danos e resolver as demandas da população local. Ou seja, os grandes empreendimentos não trazem desenvolvimento *per si*, são necessárias outras iniciativas e projetos de investimentos

envolvendo a comunidade e a governança local para alavancar e sustentar tais resultados. Nesse caso, o empreendimento é mais uma opção complementar e, às vezes passageira, não a principal fonte de desenvolvimento, é o que se tem observado em casos estudados.

Especialmente, o caso do Estado do Tocantins, apresenta naturalmente tendências ao crescimento dos indicadores, pois é um estado relativamente novo em comparação aos demais da federação. Além disso, destaca-se fortemente pelo agronegócio nas diversas cidades que o integram, assim, o aumento desses indicadores foi percebido pelos estudos de Oliveira (2015), quando calculou o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) para os municípios tocaninenses. Por meio desses resultados percebe-se que todos os municípios tocaninenses tiveram um acréscimo de indicadores, em menor ou maior grau, independente de terem sido implementados projetos de grande porte, como é o caso de hidrelétricas.

Os discursos dos atores da localidade também corroboram com a percepção sobre os resultados da análise pós-barragem. É destacado nas falas que mesmo os empregos gerados com a operação do empreendimento, não são para pessoas do local devido ao alto nível de especialidade exigida. Além de evidenciada a escassez dos empregos, a questão do aumento da arrecadação não representa benefícios para a população, foi também bem destacada, corroborando com os dados já explícitos nos quadros 2 e 3.

Por meio das falas dos entrevistados é possível observar que existe diferenças no ponto de vista dos diversos atores sociais, cada um conta sua realidade vivida. De modo geral, mesmo reconhecendo a contribuição na economia local, com aumento na arrecadação, destacam que o município não estava preparado para enfrentar a fase pós-barragem e sofre até hoje com o desemprego, depois do desmonte do canteiro de obras e redução de movimentações populacionais na cidade.

Essa afirmação é destacada em várias falas dos representantes do poder público, quando relatam que a construção da UHE Peixe Angical, contribuiu de certa forma, para o desenvolvimento da cidade, mas o cenário pós-barragem não é favorável.

[...] De maneira geral teve uma arrecadação muito grande, principalmente de tributos para o município, Peixe sem implantação da Hidrelétrica, era para está recebendo aí, mensal de 350 a 400 mil reais de ICMS, que são recursos oriundos da agricultura, agropecuária, serviço de telefonia e água e saneamento. Acontece que sobre a venda da energia elétrica, existe também o ICMS, então na prática a maior produção de Peixe, não é alimento, está na questão da hidrelétrica, na produção de energia, isso fez com que, invés de uns 400 mil reais de ICMS a gente esteja recebendo aí em torno de 1,1 milhões de reais, não

é uma situação tão boa quanto outrora, para você ter ideia a três anos atrás, Peixe arrecadava em média 1,7 milhões, isso acontece porque aqui temos 3 turbinas mas em razão da crise hídrica, tem pouca água no rio, mais de 20 meses que a gente está trabalhando só com 1 turbina. Então os benefícios são exclusivos do aumento da arrecadação (REPRESENTANTE: REP-1, 2018).

Desenvolvimento...Assim, trouxe em algumas partes. Com o recurso (da hidrelétrica) pra cá, a arrecadação, e só que assim, por esse lado foi bom, ele vem, né? Todo mês, só que a questão, no nosso ponto de vista é que ele não é bem repassado e bem distribuído, e muito mal administrado, entendeu? Porque se o gestor fazer uma boa administração com esse dinheiro, ele tinha trazido uma melhoria, né pros municípios. Mas, infelizmente, não se vê nada e os impactos são maiores que esse recurso (REPRESENTANTE: RES-8, 2018).

Observa-se que embora haja melhoria na arrecadação do município, muitos fatores influenciam no resultado para que esse incremento financeiro contribua para o desenvolvimento local. Dentre estes a correta aplicação dos recursos, a participação da população em exigir o que será feito com esse valor, além de tudo, os valores são abaixo dos danos causados. Não se deve atrelar aumento de arrecadação ao desenvolvimento local.

Apesar da grande influência na economia do município, oriundo do recurso gerado pelo ICMS, os impactos gerados na fase de construção e no pós-barragem, trouxeram dificuldades para a população, que teve que se adequar repentinamente. O município não estava preparado para receber tantas pessoas, pois os recursos eram limitados, de acordo com a quantidade de habitantes que abrigava. E, após a construção, muitas pessoas ficaram na cidade, aumentando o índice de desemprego, por ser uma cidade pequena, interiorana, o município conta apenas com os empregos gerados pelo comércio local e serviços públicos.

[...] Aqui no Peixe houve um incremento muito grande na economia só que depois sobrou aí um problema sério para a gestão local, porque a usina ela traz muita gente de fora, que são de outros locais, só que tem muita gente que acaba ficando, aí quando acabou a usina, os gestores sofrem muito com a quantidade de gente e o desemprego, isso foi uma coisa negativa, inclusive sofre até hoje, porque não há, não tem na verdade da parte da gestão uma negociação para que houvesse um aparo depois disso, ou realocação para outro local (REPRESENTANTE: REP-3, 2018).

[...] Parcialmente, porque gera uma expectativa muito grande como se fosse uma mina de dinheiro. Tipo assim, vai implantar a usina, vai gerar muito dinheiro para o município. Na verdade, no processo de implantação veio muita gente, um tumulto, e aí gerou um desconforto porque um município que tinha de 5 a 3 mil habitantes, passou a viver

com quase 15 mil pessoas, meu Deus do céu, isso aqui não podia nem mexer, nas casas viviam todo mundo tumultuado, e assim que dividiu, entre São Valério, Gurupi e Peixe. O primeiro impacto todo mundo assustou, depois foram se ajustando, foram arrumando, alugando casas e gerando receita per capita, melhorou a comercialização melhorou, restaurante, hotel, temporada de praia (REPRESENTANTE: REP-4, 2018).

Por outro lado, uma representante do comércio local destaca que é evidente que tem impactos ambientais e sociais, mas as pessoas também não tomam iniciativa para se inteirar das discussões e o que vai de fato ocorrer. Além disso, não buscam se capacitar para contribuir com o desenvolvimento local, deixa muito a cargo do poder público resolver as questões. Essa entrevistada destaca que,

[...] Quando aconteceu a usina, lógico que existe os impactos ambientais, existe essa questão da parte social, eles fizeram muito este trabalho, só que foram aqueles que quiseram, eles fizeram muitas capacitações, inclusive de artesanatos, entraram em parceria com o SEBRAE e município, mas que só foram aqueles que realmente quiseram (REPRESENTANTE: REC-10, 2018).

Rezende (2007), ressalta que as localidades interioranas que abrigam esses grandes projetos de desenvolvimento, geralmente são formadas por comunidades desarticuladas politicamente, maior população rural, sem acesso a informações, nível de instrução baixa e que possuem uma outra visão de mundo que não percebem a necessidade ou não se sentem capacitados para exercerem seus direitos. Muitas vezes nem questionam o processo por vergonha, timidez, analfabetismo e em muitos casos também não podem contar com seus representantes e gestores locais. Soma-se a isso a mudança exigida na alocação do tempo cotidiano dos sujeitos locais.

Ademais, quando um município abriga um canteiro de obras de um grande empreendimento, como de uma usina hidrelétrica, passa por um crescimento repentino em curto prazo. A cidade passa por transformações rápidas, tais como: chegada de pessoal para o empreendimento, geração de empregos temporários e movimentação no comércio local, demanda por serviços públicos, dentre outros. A economia de fato tem alterações significativas, mas tudo ocorre muito rápido dificultando a participação em tudo que ocorre.

Além dos problemas sociais e econômicos dentro da cidade, têm as mudanças significativas na paisagem e principalmente no rio, e de quem depende dele para sobreviver. Ocorre alterações na forma de organização social e de vida também dos trabalhadores da região, como é o caso dos pescadores.

Na opinião dos pescadores locais, além dos graves problemas com emprego e deslocamento de pessoas que foram causados, o que mais os preocupam e a redução brusca das espécies de peixes na região. Assim como afirma a fala do pescador,

[...] Eu acho que essa barragem no meu modo de pensar, foi muito atraso pra nós, pra nós aqui foi muito atraso...pro pescador, e aliás pra muita coisa, desempregou todo mundo né, todo mundo ficou aí desempregado” (REPRESENTANTE: REC-11, 2018).

[...] Como pescador o que eu tenho a dizer? Que nem só essa aqui, mas Serra da Mesa, São Salvador, essas usinas, trouxeram resultados bons? Sim, mas acabou com muito peixe. A gente ia lá perto da barragem, igual muitas vezes eu fui e muito peixe morto, peixe de tudo que quanto qualidade, isso depois que entrou em operação (REPRESENTANTE: REC-8, 2018).

[...] Assim na época da Usina, era assim, todo mundo achou que aquilo ia trazer bons resultados para o município, por quê? Porque todo mundo foi beneficiado, achou que aquele dinheiro que pegou naquela época, era um Deus nos acuda, mas só que no meu ponto de vista aquilo não foi bom para eles, porque o dinheiro acabou e a terra eles perderam, e nunca mais adquiriram outra e nem vão (REPRESENTANTE: REC-11, 2018).

[...] A expectativa das pessoas era uma grande melhoria, veio um grande fluxo de pessoas a expectativa era que avançasse, mas infelizmente não aconteceu. Não foram atendidas nem 50%. Não trouxe benefício, não temos benefício na energia. Aqui não sobrou emprego para o povo do Peixe, não tem nada, só prejuízo (REPRESENTANTE: REC-8, 2018).

Um outro ponto comentado nas entrevistas, especialmente pelos moradores antigos, representantes sociais, é que apesar dos aspectos positivos gerados ao município por meio da chegada e construção da Usina, são muitos os problemas gerados que causam reflexo na sociedade até hoje, a exemplo disso, foi enfatizado que houve o aumento da prostituição, criminalidade, drogas e doenças, foram citados como aumento dos problemas sociais decorrentes da implementação da hidrelétrica. E ainda que o representante social reconheça aumento de imposto e aumento da arrecadação no município, a percepção dele é no fim não houve benefícios na cidade.

[...] os pontos positivos foi que gerou mais renda para o município, gerou muita arrecadação, os negativos foi que os gestores não

investiram, os recursos que vem desses impostos, em melhorias e coisas. Outra coisa, é que a parte do lago, o grande potencial para ser usado como criatório de peixe e essas coisas, veio até o ministro da pesca, e isso tem mais de 10 anos e até hoje não tem um tanque rede. Eles não fizeram nenhum projeto que seja mantido pela Enerpeixe¹, só estão se aproveitando. Quem se beneficiou foram os fazendeiros que eles desapropriaram na época, que criaram uma construção e supervalorizaram os preços das terras. [...] sobrou muita prostituição, veio drogas na época, aumentou o índice de criminalidade, muitas doenças, Aids, aqui a gente não sabia de nenhum caso, depois da construção que veio (REPRESENTANTE: RES-13, 2018).

[...] Eu acho que não trouxe melhorias financeiras, porque aqui o município se tornou o quarto ou quinto com melhor arrecadamento do estado, mas só que os benefícios os gestores deveriam investir em infraestrutura da cidade. Aqui temos um potencial muito grande de turismo, mas aqui o turismo só faz mês de julho. Temos a parte do rio Tocantins, como o tropeço, que não são exploradas que hoje as margens dos rios, também se tornaram um ponto de lazer que 90% são todos de fora, que não trazem benefícios aqui. As fazendas aqui, lotearam a margem do rio e o pessoal de fora que comprou, só não trazem nada de benefício, não pagam impostos, eles vêm já trazem as coisas, são centenas e centenas todos construídos em APP (Área de Preservação Permanente), e ninguém faz nada, Ibama, Naturatins, tá tudo certo (REPRESENTANTE: RES-5, 2018).

Corroborando sobre o processo pós-barragem no município, o ator social, ressalta que muitas das promessas são ilusórias, que sobram problemas no município, tais como, casas abandonadas, esvaziamento da cidade e os empregos que foram prometidos, não ocorre depois da construção e quando se inicia a fase de geração de energia. Os administradores da Usina hidrelétrica alegam que são serviços mais especializados que as pessoas do município não tem formação. Houve relatos ainda que nem mesmo, esses cargos exercidos por pessoas que vieram de outros lugares, geram renda local, pois as pessoas, preferem morar numa cidade maior nas proximidades, no caso Gurupi, que é mais desenvolvida e fica aproximadamente a 70 km de Peixe.

[...] fechou comércio, muitas casas viraram taperas, aqui não tinha outros empregos, e ficou isso aí, não fizeram uma projeção para seguir, para dar sequência, muita gente foi embora. Hoje mesmo, o emprego que tem na usina, muita pouca gente é do Peixe, vem ônibus todos os dias, tem uma meia dúzia que trabalha lá, o resto são tudo do Gurupi e vieram de fora do Estado (REPRESENTANTE: RES-13, 2018).

¹ Enerpeixe: Consórcio responsável pela UHE Peixe Angical.

Ao entrevistar também outro representante social, liderança religiosa na cidade, ficou evidenciado que, embora afirmem que aumentou os recursos financeiros do município, não é perceptível a melhoria e nem onde é aplicado os recursos. Ou seja, esse projeto de desenvolvimento não chega na população, não é percebido como melhoria e quando se indaga sobre a decisão de implementar uma nova usina ou se o processo ocorresse hoje, o posicionamento desse ator é contrário, porque a experiência não foi boa.

[...] O ponto positivo é que trouxe renda para o município, dos impostos que a prefeitura cobra da usina. Os negativos é que a gente quase não vê o que eles fazem com esse dinheiro. Aí eu não entendo muito bem disso, e fica uma interrogação. [...] Eu diria, que se fosse para ter nova usina ou essa mesma fosse começar, ter um impacto igual que aconteceu, eu diria que não, porque ia destruir nossa beleza toda aqui (REPRESENTANTE: RES-12, 2018).

Além dessas questões, tem ainda os problemas da negociação. Os atores entrevistados mencionam que falta empenho ou conhecimento dos gestores para se envolverem e buscarem medidas que possam compensar os danos aos municípios envolvidos no projeto. É perceptível resultados diferentes em diferentes localidades, impactado pela mesma Hidrelétrica. Portanto, o gestor tem que ter visão para identificar os danos que sobrarão para o município ao longo do tempo e buscar sanar as questões enquanto está ainda na fase de planejamento e construção. Na visão do entrevistado, o município deveria ter aproveitado melhor a oportunidade para melhorar sua infraestrutura, visto que tinha uma grande movimentação na cidade e grandes impactos, mas para ele não teve benefício em Peixe.

[...] Peixe, não soube aproveitar, não soube negociar, município igual São Valério, São Salvador e Paranã, aproveitaram melhor a construção da usina, porque o prefeito da época negociou, em Paraná foi uma praia em São Salvador foram feitas várias coisas, a entrada de São Salvador é uma coisa belíssima. São Valério usufruiu muito na época, foi feito praça, asfalto, a questão de saúde, educação, porque lá tinha muita gente que morava na época e trabalhava aqui em Peixe, lá eu acho que o prefeito conseguiu negociar melhor (REPRESENTANTE: REP-6, 2018).

A maioria dos entrevistados comentou que houve algumas medidas de compensação na infraestrutura do município, mas avaliam que houve mais prejuízos do que benefícios, visto que, as construções, como escolas, posto de saúde, praças etc., foram de baixa qualidade. Além de ter ficado casas abandonadas, e a até o entretenimento da cidade, que eram as praias ficaram

mais distantes. Também atribuem que deveria ter mais envolvimento do gestor da época para buscar benefícios que contemple a população como um todo.

[...] Tem a questão do rio, peixes, a questão do prejuízo foi mais, bem mais, teve coisas que era para ser feita e não fizeram, cito a energia, que aqui no Tocantins temos uma energia caríssima, aí já foi falha do gestor da época, de ter entrado em parceria com a Energisa, pelo menos para baixar a conta das pessoas de baixa renda, isso foi muito prejudicial (REPRESENTANTE: RES-9, 2018).

[...] eles deixaram creche, colégio, campo de futebol, mas como parte negativa, deixou muita casinha mal feita, casinha sem projeto, sem nada, algumas foram vendidas outras caíram aí, ficaram abandonadas. A maioria do pessoal de fora que veio aí construíram, de qualquer jeito, alguns venderam outros deixaram aí (REPRESENTANTE: RES-7, 2018).

[...] Para nós, barqueiros, não sei se foi bom, porque antes a praia era aqui, de qualquer fora trazia o movimento direto para dentro da cidade, hoje é a 5 quilômetros pra baixo. Aí tem que deslocar para trabalhar lá. Só trabalha durante a temporada e antes era o ano inteiro (REPRESENTANTE: RES-9, 2018).

Além de ser um processo difícil que altera toda a dinâmica do município em curto espaço de tempo e por um período com data prevista para acabar, tem as dificuldades das pessoas do lugar se envolverem e buscar informações influenciando nas decisões locais. Geralmente, ocorrem as audiências públicas, porém estas são de caráter basicamente informativo, e o volume de informações é tão grande e complexo que as pessoas não compreendem ou se intimidam em questionar. Os documentos são complexos, muitas informações técnicas e em grande volume, comprometendo a participação efetiva da comunidade local. Diante disso, nota-se que o espaço de participação não vem cumprindo o papel para o qual foi criado.

Assim sendo, confirma o que Bessa, Pereira e Zitzke (2011) relatam em seus estudos que, o formato e a condução das audiências públicas vêm mostrando que não há espaço para questionamentos, pois, geralmente, nestas audiências são concedidos dois terços do tempo para a empresa apresentar o projeto e apenas um espaço limitado para que o público se manifeste, tornando-se mais um ambiente de discurso e não de diálogo ou adequações. As pessoas não são preparadas para se manifestarem e questionarem as decisões, muitas vezes nem sequer conseguem ler os informativos e os documentos técnicos são de difícil acesso e entendimento.

Isso também foi relatado pelos entrevistados de Peixe, o que reafirma as mesmas dificuldades de participação de audiências públicas citadas em outras localidades:

[...] as audiências normalmente eles têm uma pauta pronta, e aí eles vão lá e expõe as pautas, mas a sociedade não era preparada para este debate, e não havia representantes na época que pudesse tomar a frente da coisa (REPRESENTANTE: REP-6, 2018).

[...] eu acho que a comunidade participou muito pouco disso. Essas audiências públicas, a população normalmente ia, mas aí tinha outros atores que tomava de conta, geralmente vinha gente de outros locais, representante de associações (REPRESENTANTE: REP-4, 2018).

[...] na verdade o Peixe não tinha um preparo para isso, organização de sociedade civil nunca teve, para falar assim não tem uma associação que funcione. O pessoal de Peixe não estava preparado, a sociedade não estava preparada para discutir, na época, eles nem entendia o que estava acontecendo. Por isso que eu digo que São Valério e Paranã eles tinham gente preparada e aproveitou melhor isso (REPRESENTANTE: REP-6, 2018).

De um modo geral, observou-se que alguns admitem algum benefício, alegam que as mudanças e impactos ocasionados são maiores. Falam de algumas melhorias econômicas, mas não veem isso na comunidade e em serviços, portanto a percepção desses atores sociais, salvo um ou outro gestor, é que não concebem a implantação desses projetos de desenvolvimentistas como um impulsionador para o desenvolvimento local. Além disso, alguns desses relatam que é um projeto ilusório de desenvolvimento, pois destacam que as promessas não se realizaram e que até mesmo as medidas de mitigação, não são todas cumpridas como deveriam. É fato que a visão dos gestores e empreendedores divergem dos demais segmentos da sociedade.

Na avaliação dos atores entrevistados, não há vantagem, pois, mesmo a melhoria na arrecadação municipal que possa advir de um projeto como este, se torna irrisório diante do desafio da gestão pública em administrar e arcar com tantos impactos de âmbito social, ambiental e econômico.

Dessa forma, destacam que há como resultados pós-barragem desde o abandono da empresa para com as demandas locais até a questão dos efeitos sociais, relatam que o que sobrou foi descaso, pobreza, prejuízo material e imaterial, dentre outros problemas ocasionados que só agora, após o processo concluído, se tornam visíveis.

Então isso provocou uma série de questão. Você tem um problema de expansão urbana desorganizada que, geralmente, não tem todo um preparo, você tem um problema social muito grande, por quê? Você

passa aí quatro, cinco anos com toda uma oferta, uma estrutura de trabalho e do dia para a noite isso desaparece. Então isso gera um impacto, a população acostuma com aquilo ali, do dia pra noite é tirado. É um... é um desenvolvimento momentâneo e não é sustentável, esse é um... esse é um dos maiores problemas. A gente tem uma quantidade muito grande aqui de filhos de mãe solteira, porque o pessoal vem de fora, fica aqui alguns anos, em muitos casos o pessoal. Nós passamos... toda cidade que recebe um empreendimento desse ela passa por um desenvolvimento econômico. É imediato, é rápido, mas não é sustentável. Então, cria a falsa impressão nas pessoas que aquilo ali é a melhor coisa do mundo (REPRESENTANTE: REP-1, 2018).

Os impactos que ficaram a posterior, foi uma grande debandada, comércios saíram... fechou comércio, fechou... muitas casas e viraram taperas, muita coisa aí... porque o povo... o povo daqui não tinha outro emprego, o pouco foi embora e acabou nisso aí, não fizeram uma projeção para seguir, para ter outra oportunidade... não foram atrás de outras coisas para dar sequência ao povo ficar morando aqui, muita gente foi embora, hoje mesmo, atualmente, vê... o emprego que tem na usina lá, o povo aqui de Peixe é muito pouco, pois vem do Gurupi todo dia, aí cata alguns, uma meia dúzia, um pouco mais daqui do Peixe que trabalham lá, o resto vem tudo de fora. E sobrou muita... muita prostituição, muita... muita droga, entrou, veio droga demais na época, aumentou o índice que tinha de criminalidade na época... muita doença, AIDS... muita doença nova chegou aqui, né? A AIDS, que aqui a gente não sabia de nenhum caso, depois da construção ali foi disseminado. [...] Houve ainda um *boom* imobiliário muito grande, inclusive, pessoas que sabiam na época, né? Chegavam aqui um ano e meio, dois anos antes, né? Que sabiam já que ia sair a usina, então dois, três anos antes, chegaram aqui e compraram quase todos os lotes disponíveis que tinha, quadras e quadras aqui na cidade, aí quando chegou... compraram a preço irrisório e depois venderam caríssimo, né? Mas agora não vale nada (REPRESENTANTE: REP-5, 2018).

Sabe-se que, a ampliação do setor elétrico está voltada a propostas de desenvolvimento de atividades industriais e à produção de *commodities*, beneficiando apenas alguns grupos econômicos, como mineração, produção de soja, celulose etc. Quando se trata da implementação de grandes obras, pautadas na política de desenvolvimento nacional, a preocupação com o desenvolvimento local das regiões não acontece tanto nas iniciativas governamentais como na iniciativa privada que constroem esses empreendimentos. Portanto, ainda que se tenha aumento da arrecadação municipal, os impactos gerados e pendências oriundas da implantação desses projetos ultrapassam qualquer valor arrecadado.

São políticas voltadas para o momento e as pessoas são atraídas para essa região enquanto se constroem o empreendimento. Quando passado aquele auge do empreendimento,

ocorre o abandono do lugar sem políticas de continuidade para aproveitar as características e mão de obra local, ressaltando as políticas de desenvolvimento brasileiro que são planejadas em planos governamentais de curto prazo e, por isso, há uma constante descontinuidade.

Diante desses relatos, percebe-se que a avaliação sobre a contribuição para o desenvolvimento local mostra que não há efeitos bons. A opinião mesmo entre gestores e liderança da comunidade local não tem divergência quanto aos prejuízos adquiridos. Não se identificou nenhum dos atores que pudesse visualizar formas de desenvolvimento local que o empreendimento proporcionou. De fato, é preciso observar as falhas e buscar aprimorar o processo para que as pessoas possam acreditar e perceber que esses projetos podem se transformar em impulso para o desenvolvimento local.

Diante de todas as falas nessa temática, a percepção dos atores é que obras hidrelétricas não trouxeram desenvolvimento, ou ao menos contribuíram de alguma forma para isso, pelo contrário, os problemas categorizados como efeito pós-barragem são ainda mais difíceis de solução do que as dificuldades que tinham antes. Estudos e questionamentos sobre como o processo vem sendo conduzido é válido, bem como, o que ocorre depois do empreendimento em operação e o acompanhamento das medidas prometidas e da governança pós-barragem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

Assim, retomando o objetivo desse capítulo, voltado à percepção dos atores sociais sobre o processo de implementação de hidrelétricas e a contribuição para o desenvolvimento local, constata-se que os atores locais não concebem a implantação desses projetos desenvolvimentistas como um impulsionador para o desenvolvimento local. Ademais, os atores afirmam que é um projeto ilusório, relatando que as expectativas e promessas não se concretizam e que até mesmo as medidas de mitigação, obrigatórias, não são todas implementadas como deveriam. Além disso, os altos índices de desemprego, problemas sociais, ambientais e de infraestrutura são os resultados no período pós-barragem.

Somado a isso a frustração da comunidade de um modo geral, é muito prejudicial nas formas de organização social, cultural e econômica. Pessoas que foram deslocadas e perderam seus vínculos com seu grupo de identificação, também perceberam o empreendimento como fator de desarticulação social e atribuem que não foi benéfico.

De um modo geral, mesmo aqueles que consideram algum ponto positivo na chegada do empreendimento, admitem que tiveram diversos problemas e que alguns nem foram sanados

até hoje. Portanto, é necessário atentar para análises isoladas de indicadores econômicos, sem uma análise mais detalhada *in loco*, uma vez que indicadores podem demonstrar crescimento numérico, mas não confirma se estas melhorias estão chegando na população. Assim como o crescimento de índices pode não apontar a causa desse crescimento e pode não ser em virtude de determinado empreendimento. A percepção dos atores que vivenciam essa experiência deve ser considerada, afinal são esses cidadãos locais, a quem o projeto prometia beneficiar.

Por fim, é necessário enfatizar que alguns desses projetos não consideram a realidade local e a forma de organização social e cultural local. Sabe-se que as normas que regem os Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), seguem um padrão e não consideram a história, o perfil dos moradores, as atividades econômicas, muitas artesanais e para subsistência, e, não levam em consideração a região como um todo. Nesse contexto, os estudos acabam sendo segmentados e as previsões a curto e médio prazo e são apresentados com uma linguagem complexa e técnica.

Ademais, a urgência alegada na época da implementação dificultou a participação local e o conhecimento de todas suas fases. As pessoas são desacostumadas a participarem de audiência e questionarem seus direitos, geralmente são desarticuladas politicamente e acabam ficando a margem das decisões. As características socioambientais e as singularidades das populações devem ser ouvidas, registradas e valorizadas, mas especialmente as promessas devem ser cumpridas e o acompanhamento a longo prazo implementados. Diante disso, estudos e questionamentos sobre como o processo vem sendo conduzido e quais resultados a médio e longo prazo, bem como o acompanhamento das medidas prometidas e as consequências na governança municipal pós-barragem, são necessários e urgentes para subsidiar a tomada de decisão ou melhoria do processo de implementação.

REFERÊNCIAS

- ASSUNÇÃO, Juliano.; SZERMAN, Dimitri.; COSTA, Francisco. **Estudo: Efeitos locais de hidrelétricas no Brasil**. INPUT. Climate Policy Initiative. 2016.
- ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Banco de Informações de Geração - BIG**. Brasília, 2019.
- BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira Maria Bagatin. **Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária**. In: X Congresso Nacional de Educação. PUCPR: Curitiba, Anais... 07 a 10 de novembro de 2011. p. 310.

BENINCÁ, Dirceu. **Energia & cidadania: a luta dos atingidos por barragens.** São Paulo: Cortez, 2011.

BERMANN, Célio. **O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21: Cenário atual.** In: Moreira, Paula. Franco. (Ed.). **O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21: Oportunidade e Desafios.** Brasília: Rios Internacionais - Brasil, 2012.

BESSA, Nelita Gonçalves Faria de.; PEREIRA, Aline Gonçalves.; ZITZKE, Valdir Aquino. **Foro de Negociação e Comitês de Cogestão em empreendimentos hidrelétricos no Brasil: uma análise sob a perspectiva da governança, do controle social e da participação cidadã.** *Sustentabilidade em Debate - Brasília*, v. 2, n. 2, p.115-134, 2011.

CRUZ, Ana Sílvia Laurindo da.; SOUZA-LIMA, José Edmilson.; MACIEL-LIMA, Sandra Mara. **Percepção socioambiental de atingidos por barragem e políticas públicas.** *Revista Orbis Latina*, v.1, n.1, 2011.

DIEGUES, Antonio Carlos.; MILLIKAN, Brent.; CASTRO, Edna Maria Ramos de.; HEBETTE, Jean.; FERRAZ, Iara. **Desmatamento e modos de vida na Amazônia.** São Paulo: USP, 2005. NUPAUB: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/desmatamento.pdf>>. Acesso em: 20/Fev/2020.

DUARTE-ALVES, Andreia.; JUSTO, José Sterza. Espaço e subjetividade: Estudo com ribeirinhos. *Psicologia & Sociedade*, [s.l], v.23, n.1, p.181-189, 2011.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? CLACSO, **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.** Buenos Aires. 2005.

EPE. Empresa de Pesquisa Energética. **Anuário estatístico de energia elétrica 2017: ano base 2016.** Brasília: MME, 2017.

FEARNSIDE, Philip Martin. **Hidrelétricas Na Amazônia: Impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras.** Manaus: Editora do INPA, 2015. v.2:il.

_____. Belo Monte : Actors and arguments controversial Amazonian dam. *Die Erde: Journal of the geographical Society of Berlin*. v. 148, n. 1, p. 14–26, 2017.

FENZL, Norbert.; COELHO, Maria Celia Nunes.; SIMONIAN, Aleksandr L. **Evolução do Setor Energético e o Desenvolvimento Sócio-econômico nos Estados da Amazônia.** In: (Eds.), CEJUP. In: *Estados e Políticas Públicas na Amazônia*, Belém - PA, Brazil. 2000, p. 245. p.245-286.

LEFEVRE, Fernando.; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. Discurso do sujeito coletivo: representações sociais e intervenções comunicativas. **Relato de Experiência.** Florianópolis, 2014 Abr - Jun; p. 502-7.

LITTLE, Paulo Elliott. **Mega-development projects in Amazônia: a geopolitical and socioenvironmental primer.** Lima: **Derechos, Ambiente y Recursos Naturales**, 2014.



MELAZO, Guilherme Coelho. Percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. **Olhares & Trilhas**, n. 6, p. 45-51, 2005.

OLIVEIRA, Nilton Marques. **Desenvolvimento regional do território do Estado do Tocantins: implicações e alternativas**. 2015. 224f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Universidade Estadual do Oeste do Paraná -UNIOESTE, Toledo, 2015.

REZENDE, Leonardo Pereira. **Avanços e contradições do licenciamento ambiental de barragens hidrelétricas**. Belo Horizonte: Fórum, 2007. p. 269.: il.

ROTHMAN, Franklin Daniel. **Vidas alagadas: Conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**. Viçosa: UFV, 2008. p. 344.:il.; 22cm.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Coleção Ideias Sustentáveis. Organizadora: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: *Garamond*, 2009. 96 p.

SEPLAN. Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado do Tocantins. Diretoria de Pesquisa e Estatística. Palmas. Tocantins, 2019.

SOUZA, Alexandre do Nascimento.; JACOBI, Pedro Roberto. Expansão da matriz hidrelétrica brasileira: uma análise a partir da economia dos bens e serviços públicos. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 2, p. 35–49. Jun/Set. 2015.

WEISS, Robert Stuart. **Learning from strangers: The art and method of qualitative interview studies**. The free press. *First edition*. 1995.

ZHOURI, Andréia. Justiça Ambiental, Diversidade Cultural e Accountability: Desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, p.97-194, 2008.

ZUCA, Nádia Lúcia. **Desempenho de Desenvolvimento Humano nos Municípios Brasileiros afetados por Usina Hidrelétrica e suas Relações com a Trajetória da Avaliação de Impacto Ambiental**. Dissertação de Mestrado. Orientado por Evandro Mateus Moretto. USP. São Paulo. 2016. 188f: il;30cm.